



Márcia Eliana Queirós do Souto

**Será que as expectativas de divisão de tarefas moderam a
relação entre a satisfação coparental e a satisfação conjugal em
mães de crianças em idade pré-escolar?**

Trabalho realizado sob orientação do

Prof. Doutor Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva

dezembro, 2018



Márcia Eliana Queirós do Souto

**Será que as expectativas de divisão de tarefas moderam a
relação entre a satisfação coparental e a satisfação conjugal em
mães de crianças em idade pré-escolar?**

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto
no dia 13/12/2018, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof. Doutora Inês Martins Jongenelen

Arguente: Prof. Doutora Cátia Margarida dos Santos Pereira de Oliveira

Orientador: Prof. Doutor Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva

dezembro, 2018

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante a declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Será que as expectativas de divisão de tarefas moderam a relação entre a satisfação coparental e a satisfação conjugal em mães de crianças em idade pré-escolar?

Resumo

A investigação tem demonstrado a associação entre a satisfação conjugal e a satisfação coparental em mães de crianças em idade pré-escolar. No entanto, nenhum estudo observou sobre o potencial efeito moderador das expectativas da participação do pai na divisão de tarefas com o cuidado dos filhos nesta associação. O presente estudo teve dois objetivos: testar diferenças na satisfação coparental, satisfação conjugal e nas crenças sobre a divisão de tarefas, em função da equidade percebida na divisão de tarefas de cuidados dos filhos e testar o efeito moderador das expectativas das mães sobre a participação do pai na divisão de tarefas no cuidado dos filhos na associação entre a satisfação coparental e a satisfação conjugal. A amostra foi constituída por 245 mães a residir em Portugal, com idades compreendidas entre os 20 e 51 anos de idade, com filhos em idades compreendidas entre 1 e 6 anos de idade. Usando um *design* transversal, foi conduzido um inquérito *online* de recolha de dados, onde as participantes responderam a questões sobre a satisfação conjugal, satisfação coparental e a perceção da divisão de tarefas relacionada com o cuidado dos filhos. Previamente à análise de dados, foram implementados procedimentos de limpeza da base de dados para reduzir a possibilidade de respostas enviesadas ou inválidas metodologicamente. Os resultados demonstraram que mães que relataram menor equidade percebida na divisão de tarefas (i.e., consideravam a divisão de tarefas como injusta para elas) apresentaram os níveis mais inferiores de satisfação coparental e conjugal. Os resultados também mostraram que as expectativas das mães sobre a participação dos pais na divisão de tarefas relacionadas com o cuidado dos filhos moderaram a associação entre a satisfação conjugal e a satisfação coparental. As implicações clínicas do presente estudo serão também discutidas.

Palavras-chave: Coparentalidade; satisfação conjugal; divisão de tarefas; satisfação no relacionamento

Do expectations of division labor of tasks moderate the relationship between coparenting satisfaction and marital satisfaction in mothers of preschool children?

Abstract

The research has demonstrated the association between marital satisfaction and co-parenting satisfaction in mothers of pre-school children. However, no study has looked at the potential moderating effect of expectations of the father involvement in the division of child care tasks in this association. The present study had two objectives: to test differences in co-parenting satisfaction, marital satisfaction and in beliefs about the division of tasks, as a function of the perceived equity in the division of child care tasks, and to test the moderating effect of the mothers expectations on the participation of the father in the division child care tasks in the association between co-parenting satisfaction and conjugal satisfaction. The sample consisted of 245 mothers residing in Portugal, aged between 20 and 51 years, with children between the ages of 1 and 6 years. Using a transversal design, an online survey of data collection was conducted, where participants answered questions about marital satisfaction, co-parenting satisfaction, and the perception of child care related division of tasks. Prior to data analysis, database cleaning procedures were implemented to reduce the possibility of biased or methodologically invalid responses. The results showed that mothers who reported lower perceived equity in task division (i.e., considered task division as unfair to them) had the lowest levels of co-parenting and marital satisfaction. The results also showed that mothers expectations of fathers involvement in the division of child care tasks moderated the association between marital satisfaction and co-parenting satisfaction. The clinical implications of the present study will also be discussed.

Keywords: Coparenting; marital satisfaction; division of labor; relationship satisfaction

A investigação empírica tem demonstrado que uma das principais hipóteses da teoria dos sistemas familiares é que o funcionamento global da família é explicado pela interdependência estrutural entre subsistemas familiares (Cox & Paley, 1997). Deste modo, a coparentalidade surgiu como um subsistema familiar chave para explicar o funcionamento de outros subsistemas familiares (Feinberg, 2003). A relação coparental ótima foi apontada como um processo familiar principal para prever não só o sucesso das crianças na adaptação ao meio ambiente, mas também a satisfação conjugal (Teubert & Pinquart, 2010; Umemura, Christopher & Mann, 2015). Deste modo, a relação de coparentalidade torna-se crucial para a experiência quotidiana da família, predizendo resultados conjugais posteriores (Feinberg, 2003).

Apesar do conceito de coparentalidade ser complexo e difícil de definição e de avaliação empírica (Lamela; Nunes-Costa & Figueiredo, 2010), é possível encontrar na literatura diferentes definições. Van Egeren (2004) defende que “uma relação coparental existe quando pelo menos duas pessoas assumam, por mútuo acordo e pelas normas sociais, a responsabilidade conjunta pelo bem-estar da criança” (p.166). Mais concretamente, a coparentalidade define-se pela sincronização dinâmica dos adultos na prestação de cuidados a uma criança em particular e não pela forma como cada pai individualmente presta cuidado à criança (Groenend & Volling, 2007).

Em linha com estes princípios, o modelo ecológico de Feinberg (2003) defende que a coparentalidade é definida pelo envolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais na educação, formação e decisões sobre a vida dos filhos. Este modelo propôs que a coparentalidade é composta por quatro componentes: acordo ou desacordo na educação dos filhos; divisão do trabalho relacionado com a criança; suporte mútuo/sabotagem no desempenho dos papéis coparentais e a gestão conjunta das relações familiares, sendo a coparentalidade o resultado da interdependência destes componentes.

Assim, o acordo nas práticas parentais corresponde ao grau de entendimento entre os pais no que se refere a assuntos relacionados com a criança, incluindo valores morais, disciplina, formas de prestação de cuidados, necessidades emocionais das crianças ou decisões educacionais. A divisão do trabalho está relacionada com o cuidado prestado às crianças assim como a partilha entre a díade coparental em relação às obrigações das rotinas diárias da criança, bem como à divisão das responsabilidades dos assuntos financeiros, médicos e legais relacionados com os filhos. Esta componente tem vindo a

mostrar impacto na satisfação com a relação coparental e com os níveis de *stress* parental, em que, quanto maior for a divisão de tarefas, menor o *stress* no desempenho das funções parentais e maior satisfação com a relação conjugal. A percepção das mães em relação à justiça desta divisão, segundo Feinberg (2002), parece ser crucial para a satisfação conjugal. A componente suporte/sabotagem consiste na qualidade e grau de suporte recíproco entre a díade no qual ocorrem manifestações esperadas entre os pais, tais como expressões de afecto positivo, de reforço, de apoio emocional e de respeito perante a autoridade e contributos do outro membro. No entanto, esta componente apresenta um pólo negativo que é manifestado pela hostilidade, crítica, culpa e afeto negativo perante o outro progenitor. A gestão conjunta da família refere que os pais são responsáveis pelo controlo dos seus comportamentos e comunicação entre ambos. Deste modo, a qualidade do funcionamento estrutural da família depende desta componente (Feinberg, 2003).

McHale (2007) apresentou três condições da aliança coparental positiva: ligação afetiva, em que os pais têm comportamentos e atitudes positivas entre si e com a criança; envolvimento mútuo, ambos os membros da díade coparental estão comprometidos e empenhados na educação, cuidado e proteção da criança; e cooperação, em que os pais trabalham de uma forma unida em relação à criança. Assim, a aliança coparental pode funcionar como uma fonte de apoio social para a parentalidade das mulheres, uma vez que aumenta a sua autoeficácia, bem-estar e, em particular, a satisfação conjugal (Abbass-Dick, Stern & Nelson, 2014). Por sua vez, outros estudos definem estratégias de resolução de conflitos pela forma como os pais gerem a sua interação diádica para prestarem apoio mútuo nas questões relacionadas com a criança ou para resolver possíveis desentendimentos no trabalho da coparentalidade (Krishnakumar & Buehler, 2000). Deste modo, a díade coparental pode aplicar estratégias de conflito coparental assertivo ou destrutivo para resolver os problemas relacionados com a criança, sendo que este último tem demonstrado ser prejudicial nos processos conjugais e no ajustamento psicológico da família (Lamela et al., 2015).

Uma vez que a investigação empírica tem evidenciado que o foco da relação conjugal está no funcionamento entre a díade, e foco da relação coparental está no bem-estar da criança (Margolin, Gordis & John, 2001), estudos têm demonstrado que a coparentalidade é considerada como um dos principais mecanismos familiares na predição da saúde mental em crianças e adolescentes, dos pais e na predição do funcionamento conjugal. Além disso, estudos acerca da coparentalidade têm debruçado na compreensão

de como o funcionamento familiar influencia a emergência do desajustamento psicológico das crianças na idade pré-escolar (Lamela & Figueiredo, 2016). Mais concretamente, o percurso desenvolvimental da criança seria explicado pelo funcionamento da díade conjugal e parental (in) adequado, em que quanto maior for a relação conjugal e parental, melhor os níveis de adaptação e bem-estar dos filhos (McDonald & Grych, 2006).

Nesta linha, uma meta-análise verificou que a forma como pais coordenam o cuidado conjunto dos filhos está significativamente relacionada com o ajustamento psicológico da criança (Teuber & Pinquart, 2010). Deste modo, estudos verificaram uma relação simultânea e longitudinal entre os conflitos de coparentalidade com os problemas de internalização nas raparigas e com os problemas externalização nos rapazes na idade escolar (Jones, Shaffer, Forehand & Brody, 2003). Estes estudos têm verificado que o conflito de coparentalidade prevê um aumento do comportamento anti-social dos adolescentes e que os níveis mais baixos de conflitos de coparentalidade, em relação aos níveis mais altos, protegem as crianças de apresentarem sintomas depressivos e comportamentos agressivos (Feinberg, Hetherington & Kan 2007; Forehand & Jones, 2003).

A investigação empírica tem também evidenciado que os pais tendem a fazer esforços no sentido de se unirem ou assumirem posições e comportamentos conjuntos no cuidado dos filhos. No entanto, parece existir uma significativa variabilidade inter-díades coparentais no grau de cooperação nas tarefas coparentais, sendo que há dados empíricos que sugerem que nem sempre os membros da díade coparental concordam com a disciplina, regras domésticas ou padrões a serem aplicados na educação e cuidado das crianças (Lamela et al., 2010).

Assim parece que a coparentalidade exerce uma influência particular no desenvolvimento dos filhos que vai além da influência da relação conjugal ou parental, mostrando que a relação coparental tem um papel importante e diferenciado no sistema familiar (Buckley & Schoppe-Sullivan, 2010). Nesse sentido, uma relação conjugal satisfatória influencia nas práticas educativas utilizadas com os filhos, na transmissão de segurança e no trabalho conjunto da díade em relação às tarefas de educação e cuidados dos filhos (Braz, Dessen & Silva, 2005).

Associação entre coparentalidade e a satisfação conjugal

Existem várias explicações empíricas acerca da associação entre a relação coparental (e também da satisfação coparental) e a satisfação conjugal. Estudos recentes

indicaram que transição para a coparentalidade é marcada por mudanças significativas na qualidade do relacionamento entre a díade (Block, 2016), uma vez que com o nascimento da criança, os níveis de intimidade e comunicação diminuem, podendo contribuir para a diminuição da qualidade conjugal. Esta mudança parece ser mais visível nas mulheres, que tendem a relatar maior ambivalência no relacionamento e aumento do conflito com o companheiro (Belsky & Rovine, 1990; Le, McDaniel & Leavitt, 2016). Assim, casais com menor satisfação conjugal parecem ser mais propensos a demonstrar previamente mais conflito coparental, sendo que essa associação parece ser moderada por características individuais e do casal (Van Egeren, 2004; Korja et al., 2016).

Nesta linha, estudos têm demonstrado que o relacionamento coparental pode interferir com a satisfação conjugal em mães casadas. Por exemplo, as percepções da aliança coparental positiva, o baixo conflito de coparentalidade destrutivo e o envolvimento conjunto nas tarefas de cuidados à criança podem ser interpretados pelas mulheres como sinais de compromisso com o parceiro no relacionamento conjugal (Galovan, Holmes, Schramm & Lee, 2014). Outros estudos mostraram ainda que o acordo de coparentalidade sobre cuidados da criança na satisfação conjugal foi moderado pelo gênero dos pais, autoeficácia na assistência à criança e percepção de conflitos do trabalho-família e que, quando o relacionamento conjugal é de baixa qualidade, os pais foram menos capazes de ser consistente nas práticas parentais (Fillo, Simpson, Rholes & Kohn, 2015; Talbot & McHale, 2004). Concludentemente, a aliança coparental parece estar positivamente associada à satisfação conjugal (Feinberg, Kan, & Goslin, 2009), à estabilidade conjugal (Schober, 2012) e ao compromisso de divisão de tarefas relacionadas com a criança (McClain, 2011).

Neste sentido, a divisão de tarefas mostrou estar associada à qualidade da relação conjugal. No entanto, no nosso conhecimento, nenhum estudo empírico investigou como as expectativas de divisão do trabalho afeta tanto a qualidade percebida da interação conjugal como a percepção de cada pai na interação com a criança (Barnes, 2010). Considerando estas limitações da literatura é importante enfatizar o efeito moderador das expectativas sobre a participação do pai na divisão de tarefas na associação entre satisfação coparental e a satisfação conjugal.

Expectativas sobre a divisão de tarefas como moderador

Uma das tarefas centrais que os casais enfrentam na coparentalidade é a divisão do trabalho relacionada com o cuidado dos filhos (Kluwer, Heesink & Van de Vliert, 2002). Algumas investigações empíricas analisaram previamente como a relação conjugal pode afetar os resultados da criança, mas poucos estudos investigaram como a divisão do trabalho entre os pais pode afetar a satisfação com a relação coparental e a satisfação com a relação conjugal (Papp, Cumings & Goeke-Morey, 2005).

Com o nascimento do primeiro filho, surgem mudanças no relacionamento conjugal nomeadamente, o aumento do trabalho doméstico e a criação de novos papéis, o que pode levar à sobrecarga de funções e à insatisfação com a forma como as tarefas são divididas (Belsky & Hsieh, 1998). Para alguns autores, a introdução de tarefas de cuidados que até então eram desconhecidas para os pais, podem vir a ser um fator de *stress* na relação entre os progenitores (Fillo et al., 2015).

Nas gerações anteriores, o papel da mãe e do pai relativamente ao nascimento do filho era claro (Fillo et al., 2015). Normalmente, os pais assumiriam o papel de provedor financeiro, enquanto as mães assumiriam o papel de cuidadoras da família. Como resultado, as expectativas em relação à transição para a parentalidade eram menos propensas a serem violadas porque os papéis de género eram mais tradicionais (Belsky & Kelly, 1994, citado por Deave, Johnson & Ingram, 2008). No entanto, à medida que o trabalho das mulheres foi aumentando, o tempo para o trabalho doméstico foi diminuindo o que levou a um aumento do envolvimento dos homens na assistência dos cuidados da família (Bianchi, Milkie, Sayer & Robinson, 2000).

A divisão factual de tarefas parece ser menos determinante do que o cumprimento das expectativas face à divisão de tarefas (Biehle & Mickelson, 2012). As expectativas violadas (ou não atendidas) parecem ser mais prováveis para os pais pela primeira vez, visto que as suas expectativas não são baseadas na experiência anterior, mas sim na esperança de como eles vêem a situação a evoluir. Assim, as expectativas violadas em relação à divisão de tarefas relacionadas com o cuidado dos filhos podem apresentar efeitos negativos no processo familiar (Khazan, Mchale & Decourcey, 2008). Deste modo, a investigação mostrou que as expectativas violadas das mães quanto ao apoio do cuidado dos seus parceiros durante os primeiros meses de pós-parto têm um impacto negativo na satisfação conjugal (Biehle & Mickelson, 2012). Por conseguinte, famílias em que as mulheres testemunharam uma maior discrepância entre o ideal da família desejado e aquele

que realmente se concretizou apresentaram níveis mais baixos de satisfação conjugal (Khazan et al., 2008). Ainda outros estudos verificaram que as mulheres que se casaram com as elevadas expectativas no período pré-natal sobre a divisão do trabalho relataram mais mudanças negativas na satisfação conjugal após a transição para a parentalidade do que as mulheres com baixas expectativas de compromisso pré-natal (Hackel & Ruble, 1992). Deste modo, parece que a divisão de tarefas influencia a relação conjugal. A satisfação do parceiro com a divisão de tarefas relacionadas com os filhos, parece ter impacto na relação conjugal que, por sua vez, pode influenciar o modo como os pais interagem com seus filhos (Barnes, 2010). Porém, a literatura demonstrou que o grau de acordo entre a díade conjugal na divisão de tarefas relacionadas com a criança está associado a maior satisfação não só na divisão de trabalho em si mas também no relacionamento conjugal (Toth, 2009). Por conseguinte, quando a interação conjugal é positiva, os pais são mais propensos a envolverem-se positivamente com os seus filhos (Hair, Moore & Kaye, 2009) e concordam com os seus estilos parentais (Ganiban et al., 2009). Por outro lado, quando a relação conjugal é de baixa qualidade, os pais parecem ser menos capazes de serem consistentes nas suas práticas parentais (Talbot & McHale, 2004). Embora todos os casais tenham experimentado outras fontes de *stress* (por exemplo, trabalho, finanças), o *stress* relacionado com a participação do pai na divisão de tarefas relacionadas com os filhos tem apresentado um novo desafio que os casais devem resolver no contexto de seu relacionamento (Biehle & Mickelson, 2012) e parece funcionar como o *stressor* ou um factor protetor quer para a perceção da qualidade da relação coparental (Khazan et al., 2008), quer para a perceção da qualidade da relação conjugal (Carlson, Hanson, & Fitzroy, 2016).

O presente estudo

O presente estudo teve dois objetivos. O primeiro objetivo foi testar diferenças na satisfação coparental, satisfação conjugal e nas crenças sobre a divisão de tarefas, em função da equidade percebida na divisão de tarefas de cuidados dos filhos. Hipotetizou-se que as participantes que percecionavam a divisão de tarefas de cuidado dos filhos como injusta para elas iriam apresentar os níveis menos elevados de satisfação coparental e de satisfação conjugal e as crenças sobre o papel parental mais igualitárias entre mães e pais, em comparação com as participantes que percecionavam a divisão de tarefas de cuidado como injusta para os pais da criança ou não injustas entre mãe e pai. O segundo objetivo

foi testar o efeito moderador das expectativas prévias sobre a participação do pai na divisão de tarefas no cuidado dos filhos na associação entre a satisfação coparental e a satisfação conjugal. Colocou-se a hipótese que a associação entre a satisfação coparental e a satisfação conjugal seria mais significativa nas participantes com elevadas expectativas sobre a participação do pai na divisão de tarefas. Hipotetizou-se também que níveis mais baixos de satisfação coparental estariam associados a níveis mais baixos de satisfação conjugal nas participantes com elevadas expectativas sobre a participação do pai na divisão de tarefas.

Método

Participantes

A amostra é constituída por 245 mães a residir em Portugal, com idades compreendidas entre os 20 e 51 anos de idade ($M= 35.30$; $SD = 5.44$), com filhos em idades compreendidas entre 1 e 6 anos de idade ($M=3.76$; $SD=3.38$). Quanto ao número de filhos, este varia entre os 2 e 6 ($M= 2.66$; $SD= 0.80$). A duração média do atual relacionamento íntimo é de aproximadamente 13.0 anos ($SD= 5.95$). A maioria das participantes apresentava o grau de escolaridade superior (37% em licenciatura).

Medidas

Satisfação conjugal. A satisfação conjugal foi a medida através da escala The Couple Satisfaction Index (CSI; Funk & Rogge, 2007, versão portuguesa Lamela, Jongenelen, Morais & Figueiredo, 2015). A CSI mede a satisfação com o parceiro romântico/íntimo em quatro itens, numa escala de *Likert* de 7 pontos. O score total é alcançado pela soma de todos os itens (variação da pontuação total 4-24). Os valores mais altos indicam maior satisfação conjugal. A versão portuguesa mostrou excelentes qualidades psicométricas (Lamela, Morais, & Jongenelen, 2015).

Satisfação coparental. A satisfação coparental foi avaliada pela Parenting Alliance Measure, versão reduzida (Abidin & Konold, 1999; versão portuguesa Lamela, Castro & Figueiredo, 2013). Esta medida fornece uma avaliação da perspetiva de cada um dos membros do subsistema coparental sobre o grau de cooperação, comunicação e respeito mútuo da relação entre a díade. O PAM-R é um inventário de autorrelato de 6 itens composta por uma escala tipo *Likert*, variando entre 1 de (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente). O total do PAM-R é obtido com o cálculo da média dos itens.

Quanto maior for a pontuação, maior a satisfação com a relação coparental. A versão portuguesa demonstrou excelentes propriedades psicométrica (Lamela et al., 2013). A consistência interna na atual amostra foi de .90.

Crenças dos pais de divisão de tarefas. Para avaliar as crenças dos pais relativamente à divisão de tarefas foi utilizada a Beliefs Concerning the Parental Role Scale (Bonney, Kelley & Levant, 1999). A BCPR é uma escala constituída por 28 itens composta por uma escala tipo *Likert*, variando entre 1 de (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente). Esta escala tem como objetivo avaliar as crenças sobre o papel do pai (e.g., *‘É importante que os pais passem tempo de qualidade com seus filhos todos os dias’*) e o papel da mãe (e.g., *‘É mais importante para uma mãe e não para um pai ficar em casa com um filho doente’*) no cuidado com os filhos. O total da escala é obtido com o cálculo da média dos itens. Pontuações mais elevadas indicam crenças mais equitativas entre pai e mãe na divisão de tarefas nos cuidados aos filhos. A versão portuguesa decorrerá do presente estudo. A consistência interna na presente amostra foi de .81.

Expectativas sobre a participação do pai nas tarefas de cuidado à criança. As expectativas da mãe sobre a participação do pai nas tarefas de cuidado à criança foram avaliadas através de uma única questão tipo *Likert* de 7 pontos, que variou entre 1 (falhou totalmente as minhas expectativas) e 7 (excedeu totalmente as minhas expectativas). O enunciado da questão foi ‘A maioria das pessoas quando decide ter um filho com outra pessoa, cria expectativas sobre como será a divisão do trabalho de cuidado e de educação da criança com o pai do filho. No seu caso, a participação do pai nas tarefas de cuidado do vosso filho vai de encontro às suas expectativas?’. Esta questão única foi utilizada previamente por Biehle e Mickelson (2012), que mostraram a sua validade para medição deste construto.

Procedimento

Foi construído um inquérito online para a recolha de dados dos participantes. Estabeleceram-se quatro critérios de inclusão para a participação no estudo: ser do sexo feminino, ter mais de 18 anos, residir em Portugal e ter filhos na idade pré-escolar. O inquérito online esteve disponível entre Abril e Julho de 2018 numa plataforma *online* (survs.com). Inicialmente, foi apresentado um consentimento informado onde se expuseram os objetivos, os critérios de inclusão, procedimentos do estudo, questões de confidencialidade, procedimentos de consentimento ou não consentimento de participação,

métodos de tratamento dos dados e os contactos da equipa de investigação. Foi garantido aos participantes o total anonimato das respostas, dado que não foram questionadas informações que diretamente podem identificar o participante (e.g., nome ou e-mail), nem foram recolhidas informações sobre o endereço IP nem outro dado de identidade informática. O consentimento informado foi obtido ao seleccionar a opção de ‘página seguinte’, que correspondia ao acesso ao inquérito, cujo tempo estimado de preenchimento foi de 15 a 20 minutos. As participantes foram recrutados via fóruns online e divulgação online (e.g., redes sociais e meios de comunicação social). Foi fornecido às participantes que o desejaram, um *feedback* individual das dimensões cientificamente validadas do funcionamento conjugal e coparental avaliadas no presente estudo.

Para garantir a qualidade dos dados, foram seguidas recomendações metodológicas e éticas para a investigação online da *American Psychological Association*, tais como, por exemplo, a aplicação de procedimentos de consentimento informado e o desenho de um plano parcimonioso de recrutamento de participantes. Foram também aplicados procedimentos de proteção contra amostras potencialmente enviesadas, como a inclusão de uma questão sobre o número de vezes que o participante estava a responder ao questionário e a inclusão de sete itens de avaliação da validade das respostas (The Directed Questions Scale - DQS, Maniaci & Rogge, 2014). Estes itens de validade das respostas da DQS (e.g., ‘Deixe este item por responder’, ‘Este é um item de controlo. Deixe este item em branco’, ‘Este é um item de controlo. Selecione a opção ‘Concordo totalmente’’) tem como objetivo identificar respostas ao inquérito dadas potencialmente ao acaso ou com baixo nível de atenção e/ou esforço. De acordo com os procedimentos recomendados pelos autores, participações com duas ou mais respostas incorretas nestes itens de controlo foram eliminadas da amostra final de participantes por não cumprirem critérios de fiabilidade das respostas (Maniaci & Rogge, 2014).

Posteriormente à recolha de dados, foram efetuados procedimentos de limpeza de dados em investigações com recolha de dados online, de acordo com as recomendações de Funk e Rogge (2007). Assim, foram eliminados participantes que: (1) não cumpriram os critérios de inclusão, (2) afirmaram não ser a primeira a vez que estavam a responder ao protocolo; (3) não completaram 70% do total do protocolo e/ou deixaram quatro itens por preencher do instrumento que avaliava a variável dependente (4) responderam incorretamente a dois ou mais itens de controlo da DQS (Maniaci & Rogge, 2014). Das 296 participações contabilizadas pelo sistema informático de recolha de dados, foram

invalidadas 51 participações (17.2% do total de participantes) por não cumprirem pelo menos um destes quatro critérios. Assim, 20 participantes foram eliminados por não cumprirem os critérios de inclusão (9 eram do sexo masculino, 6 tinham filhos com idade superior a 6 anos, 2 não estavam em território português e 3 não estavam numa relação romântica com o pai do filho), 2 por afirmarem que não foi a primeira vez que responderam ao questionário, 15 por não terem completado pelo menos 70% do protocolo e, finalmente, 14 participantes por terem respondido incorretamente a duas ou mais itens de controlo da DQS.

Análise de dados

Foi conduzida inicialmente uma análise correlacional bivariada para preliminarmente observar a significância, força e direccionalidade das correlações entre as principais variáveis em estudo. De seguida, com o objetivo de testar diferenças na satisfação conjugal, na satisfação coparental e nas crenças sobre a divisão das tarefas entre as participantes que consideravam a divisão de tarefas injustas para elas, as que percebiam a divisão de tarefas com injustas para os pais e as participantes que consideravam que a divisão de tarefas não era injusta foram conduzidas três ANOVAS de forma independente. Em caso de possíveis diferenças estatisticamente significativas entre os grupos nas variáveis-foco, foram realizados testes post-hoc Tukey-Kramer de comparação de médias. Este teste post-hoc foi selecionado por ser mais sensível na comparação de médias entre grupos com diferenças significativas na distribuição amostral.

Para testar o efeito moderador das expectativas sobre a participação paternal na divisão de tarefas no cuidado na associação entre satisfação coparental e satisfação conjugal foi conduzida uma análise de regressão linear hierárquica. A satisfação coparental das participantes entrou no modelo no Bloco 1. As expectativas sobre a participação do pai foram incluídas no Bloco 2. Para testar o efeito de moderação, foi introduzida, finalmente, no Bloco 3 uma interação *two-way* (satisfação coparental $\times$ expectativas de participação do pai na divisão de tarefas). Antes de serem gerados os termos de interação, todas as variáveis foram standardizadas (*z* scores) para minimizar a multicolineariedade (Cohen, Cohen, West, & Aiken, 2003). A interação entre o preditor e o moderador foi examinada através de análises post-hoc dos declives (*simple slope analysis*) (Aiken & West, 1991). Testes de diferenças de declives foram também realizados para investigar o efeito da

potencial interação. Estes testes examinaram se as diferenças entre declives foram significativamente diferentes de zero (Dawson & Richter, 2006).

Resultados

Estatística descritiva

A Tabela 1 apresenta as médias e o desvio-padrão das principais variáveis do estudo. Foram realizadas correlações bivariadas preliminares para determinar a associação entre as variáveis. Na globalidade, as associações entre as variáveis do estudo apresentaram associações significativas nas direções esperadas.

Tabela 1. *Médias, Desvios-Padrão e Correlações Bivariadas entre as Principais Variáveis*

Variável	Média	SD	1.	2.	3.	4.
1. Satisfação conjugal	18.92	4.02	-			
2. Satisfação coparental	5.90	1.67	.54***	-		
3. Expectativas divisão tarefas	4.38	1.82	.48***	.64***	-	
4. Equidade percebida divisão tarefas	4.47	1.92	.50***	.55***	.64***	-
5. Crenças divisão tarefas	16.80	4.55	-.16**	-.23***	-.19***	-.28***

** $p < .01$. *** $p < .001$.

As participantes, quando questionadas relativamente à distribuição das divisões das tarefas entre a díade conjugal, relataram que executam em média mais tarefas de cuidado dos filhos que os pais das crianças (Tabela 2). Apenas 5.4% das participantes relataram que os pais dos filhos executam a maioria das tarefas de cuidado das crianças. Quando questionadas sobre a equidade desta distribuição, 29.8% das participantes consideram que esta divisão de tarefas é injusta para elas, 1.4% relatou que a divisão é injusta para os pais das crianças e 68.8% das mães consideram que a divisão de tarefas não é injusta.

Tabela 2. *Frequência (%) da Distribuição das Tarefas de Cuidado das Crianças*

	Escala de <i>Likert</i>								
	Eu faço tudo				Dividimos de forma igual				O pai faz tudo
Tarefas de cuidado	15.6	13.2	15.2	20.0	31.6	1.6	1.2	1.2	0.4

Equidade percebida, satisfação conjugal, satisfação coparental e crenças divisão tarefas

O primeiro objetivo foi testar se existia diferenças na satisfação conjugal, na satisfação coparental e nas crenças sobre a divisão das tarefas entre as participantes que consideravam a divisão de tarefas injustas para elas, as que percebiam a divisão de tarefas com injustas para os pais e as participantes que consideravam que a divisão de tarefas não era injusta. Como se pode verificar na Tabela 3, as participantes que percebem a divisão de tarefas como injusta para elas mostraram valores significativamente menos elevados de satisfação conjugal e satisfação coparental do que as participantes que percebem a divisão como injusta para os pais ou que consideram justa. Não houve diferença entre estes dois grupos. As participantes que consideram a divisão de tarefas como não injusta apresentaram crenças mais elevadas sobre a equidade entre mães e pais nos cuidados aos filhos.

Tabela 3. *Diferenças nas Principais Variáveis em Estudo*

Variável	Injusta para as mães (<i>n</i> = 82)		Injusta para os pais (<i>n</i> = 4)		Não é injusta (<i>n</i> = 166)		Testes diferenças entre grupos	
	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>F</i> (2, 251)	Contraste grupos ^a
Satisfação conjugal	16.07	3.65	19.25	3.40	20.55	3.05	39.77***	IM<IP, NI
Satisfação coparental	4.76	1.76	6.91	0.09	6.37	1.00	31.2***	IM<IP, NI
Crenças divisão de tarefas	16.07	3.65	19.25	3.40	20.55	3.06	4.39**	IM < NI

Nota. ^a Diferenças entre grupos significativas a $p < .05$ usando o teste Tukey-Kramer. IM = injusta para as mães. IP = injusta para os pais. NI = não é injusta.

** $p < .01$. *** $p < .001$.

O efeito moderador das expectativas

Tal como apresentado na Tabela 4, o modelo final de regressão hierárquica para a predição da satisfação conjugal, tendo a satisfação coparental, as expectativas sobre a divisão de tarefas e os termos de interação como preditores, foi significativo, $F(3, 249) = 48.58$, $p < .001$. O modelo final explicou 37% da variância da satisfação conjugal. Quer a satisfação coparental quer as expectativas sobre a divisão de tarefas foram preditores individuais da satisfação conjugal. No Bloco 3, a inclusão do termo de interação

(satisfação coparental $\times$ expectativas divisão tarefas) contribuiu para o aumento da variância explicada na satisfação conjugal, $\Delta R^2 = .03, p < .001$).

Tabela 4. *Efeito Moderador das Expectativas na Associação entre Satisfação Coparental e Satisfação Conjugal*

Variável	<i>B (SE)</i>	β	R^2	ΔR^2
Bloco 1				
Satisfação coparental	0.57 (0.56)	.55***		
$F(1, 251)$		103.04***	.30	
Bloco 2				
Expectativas divisão tarefas	0.25 (0.62)	.25***		
$\Delta F(2, 250)$		16.45***	.34	.04***
Bloco 3				
Satisfação coparental $\times$ Expectativas divisão tarefas	0.23 (0.06)	.27***		
$\Delta F(3, 249)$		13.27***	.37	.03***

*** $p < .001$

Com vista a interpretar estes resultados obtidos no Bloco 3, o efeito de interação entre satisfação coparental e as expectativas de divisão tarefas foi analisado através da execução de um diagrama da predição da satisfação conjugal com baixa (- 1 *SD*) e alta (+ 1 *SD*) satisfação coparental dependendo das baixas (- 1 *SD*) e altas (+ 1 *SD*) expectativas sobre a divisão de tarefas. Os resultados são mostrados na Figura 1. Os testes post-hoc de declive mostraram que a associação entre a satisfação coparental e satisfação conjugal foi significativa quer a baixas expectativas de divisão de tarefas, $B = 0.43, t = 6.81, p < .001$, quer a altas expectativas de divisão de tarefas, $B = 0.89, t = 6.30, p < .001$. Através da análise da Figura 1, verificou-se que as participantes com baixa satisfação coparental e altas expectativas de divisão de tarefas apresentaram níveis mais baixos de satisfação conjugal do que as participantes com baixa satisfação coparental e baixas expectativas de divisão de tarefas. Por outro lado, as participantes com alta satisfação coparental e altas expectativas de divisão de tarefas apresentaram níveis mais elevados de satisfação conjugal do que as participantes com alta satisfação coparental e baixas expectativas de divisão de tarefas.

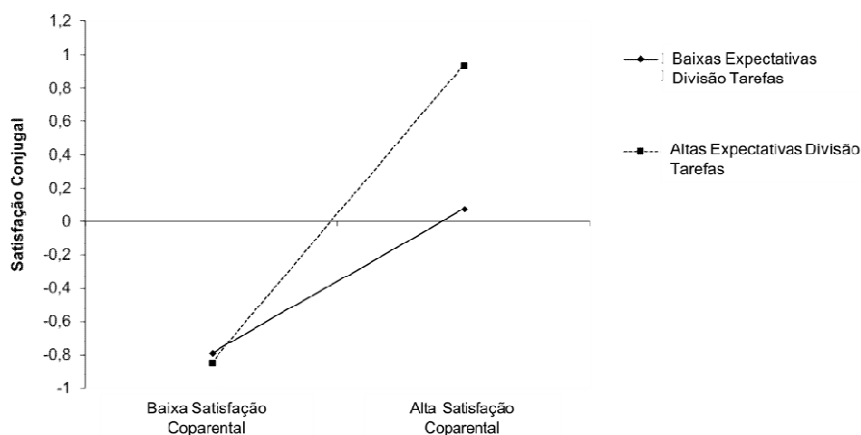


Figura 1. Interação entre a satisfação coparental e as expectativas da participação do pai na divisão de tarefas no cuidado ao filho na predição da satisfação conjugal.

Discussão

O presente estudo com *design* transversal pretendeu responder a dois objetivos. Em primeiro, foram testadas diferenças na satisfação coparental, satisfação conjugal e nas crenças sobre a divisão de tarefas, em função da equidade percebida na divisão de tarefas de cuidados dos filhos. Em segundo, foi examinado o efeito moderador das expectativas prévias sobre a divisão de tarefas no cuidado dos filhos na associação entre a satisfação coparental e a satisfação conjugal. Do nosso conhecimento, nenhum estudo empírico prévio tinha investigado como as expectativas da participação paterna na divisão de tarefas relacionada com o cuidado dos filhos poderia moderar a associação entre a qualidade percebida da relação coparental e a qualidade percebida com a relação conjugal. Neste sentido, a novidade do estudo prendeu-se em testar o efeito moderador da expectativas de divisão de tarefas nesta associação.

Em relação ao primeiro objetivo, os resultados obtidos da nossa análise suportaram a hipótese que mães com menor percepção de equidade entre a díade coparental na divisão de tarefas de cuidado das crianças apresentaram valores significativamente menos elevados de satisfação conjugal e satisfação coparental em comparação com as que percebem a divisão como menos equitativa para os pais ou que consideravam justa. Estes resultados estão em linha com um conjunto de investigações prévias que demonstraram que as percepções de injustiça das mães podem estar relacionada com *distress* psicológico e diminuição da qualidade conjugal e coparental (Grote & Clark, 2001). Mais concretamente, investigação empírica prévia tinha já demonstrado a divisão equitativa de

tarefas entre os pais com o cuidado da criança como um preditor significativo na qualidade de relacionamento para as mães (Barnes, 2010). Por exemplo, Claffey e Manning (2010) mostraram que a distribuição não equitativa das tarefas em casa aumentava o risco de insatisfação sobre não equidade, que, por sua vez, estava associada a menor bem-estar psicológico, menos suporte social percebido e insatisfação conjugal. Assim, é possível que a percepção de menor equidade na divisão de tarefas contribua para níveis menos elevados de satisfação conjugal por afetar o grau de intimidade percebida pela mãe, pelo grau de *distress* gerado pelo número de tarefas e pela falta de suporte social por parte do parceiro/pai da criança (Feinberg, 2003).

Relativamente à distribuição da divisão de tarefas entre a díade coparental, a maioria das mães relataram que executavam em média mais tarefas de cuidado dos filhos que os pais. Contudo, quanto à equidade desta distribuição 68.8% das mães consideraram que a divisão de tarefas não era injusta. Estes dados parecem apontar para a ideia que a percepção de equidade na divisão de tarefas do cuidado não estar associada à divisão factual e objetiva das tarefas entre mães e pais dentro da díade coparental. Uma justificação para este resultado pode dever-se ao facto de uma visão mais tradicionalista da igualdade de género na sociedade portuguesa, à semelhança de outros países do sul da Europa (Kil, Neels, & Vergauwen, 2016). Apontando para uma ideologia de género, os nossos resultados parecem ir ao encontro a pressuposto teóricos que defendem que as expectativas sobre divisão de tarefas em casais mais tradicionais na igualdade de género tendem a serem menos propensas a serem violadas (Belsky & Kelly, 1994). Crenças mais elevadas sobre a maior responsabilidade maternal no cuidado dos filhos podem, por outro lado, levar as mães a não quererem negociar a divisão de tarefas relacionada com os filhos, uma vez que estas estão satisfeitas com estas tarefas e percecionam-se como estando a cumprir as expectativas sociais associadas ao género na parentalidade. No entanto, investigações anteriores mostraram que quando os membros da díade conjugal discutem e concordam acerca da sua parte na divisão de tarefas com a criança – independentemente da equidade factual dessa divisão – tendem a apresentar níveis superiores de satisfação não apenas na divisão de tarefas em si, mas também na satisfação com o seu relacionamento conjugal (Carlson et al., 2016; Toth, 2009).

Em relação ao segundo objetivo, os resultados demonstraram que as expectativas sobre a participação do pai na divisão de tarefas no cuidado dos filhos moderaram a relação entre a satisfação conjugal e a satisfação coparental. Relativamente à segunda

hipótese inicialmente formulada, esperou-se que a associação entre a satisfação coparental e a satisfação conjugal seria mais significativa nas participantes com elevadas expectativas sobre a divisão de tarefas, os resultados confirmam esta hipótese. De facto, mães cujas expectativas sobre a participação dos pais na divisão de tarefas são elevadas apresentaram mudanças mais negativas na satisfação conjugal e na satisfação coparental em comparação às mães com baixas expectativas (Biehle & Mickelson, 2012; Hackel & Ruble, 1992). Os nossos resultados vão ao encontro a investigações prévias que parecem sugerir que mães que viram as suas expectativas no período pós-parto não cumpridas apresentam menor satisfação conjugal na transição para a paternidade (Khazan et al., 2008). Tal pode ser justificado por estas mães terem antecipado assumir um menor trabalho relacionado com os cuidados da criança do que acabaram por assumir, enquanto os pais geralmente acabam por fazer menos do que previam (Belsky, 1985). Isto pode levar, por exemplo, a que as mães possam não executar outras atividades para além do cuidado dos filhos e não investir na carreira profissional como planeado, o que pode reduzir o seu bem-estar psicológico e a satisfação com a qualidade coparental e conjugal.

Os nossos resultados mostraram, dessa forma, que níveis inferiores de satisfação coparental estavam associados a níveis mais inferiores de satisfação conjugal em mães com maiores expectativas de participação dos pais na divisão de tarefas. Tendo em conta que a maioria da amostra apresentava o grau superior de escolaridade, esta pode ser uma justificação para este resultado. Mulheres com um nível de escolaridade superior podem enfrentar pressões cada vez maiores para cumprir o seu papel principal como mãe ao mesmo tempo em que mantêm altos níveis de comprometimento com o emprego (Yavorsky, Kamp Dush & Schoppe-Sullivan, 2015). Por consequência, apresentam expectativas mais elevadas relativamente à equidade da distribuição das divisões de tarefas entre a díade coparental. Assim, expectativas violadas das mães sobre a participação dos pais na divisão de tarefas relacionadas com os filhos podem, conseqüentemente, conduzir a efeitos mais negativos no processo familiar (Khazan et al., 2008), tendo impacto na satisfação conjugal (Biehle & Mickelson, 2012).

Este estudo apresentou algumas limitações que devem ser tidas em conta na interpretação dos resultados. Em primeiro, tratou-se de um estudo de *design* transversal, que dada a avaliação ter ocorrido num só momento, não permitiu estudar a evolução desenvolvimental dos construtos e, por essa razão, relações de causa-efeito não podem ser estabelecidas. Neste sentido, sugere-se, para investigações futuras, o desenvolvimento de

estudos com *design* longitudinal, de forma a compreender o efeito das expectativas da participação paterna na divisão de tarefas relacionadas com o cuidado dos filhos como moderadora da satisfação conjugal e satisfação coparental, quer em diferentes períodos desenvolvimentais dos filhos quer dos pais. Em segundo, o instrumento administrado para avaliar as crenças dos pais relativamente à divisão de tarefas (BCPR) não está ainda validado para a população portuguesa, pelo que seria importante para estudos futuros a validação do mesmo. Em terceiro, o facto de este estudo apresentar uma amostra apenas com mães. Estudos anteriores referem que as mulheres são mais orientadas para o processo, ao passo que os homens parecem mais orientados para os resultados, e que a equidade percebida de divisão de tarefas afeta mais as mulheres do que os homens (Kluwer & Wissink, 2000 citado por Kluwer, Heesink & Van de Vliert, 2002). Deste modo, seria interessante para estudos futuros, analisar o efeito moderador da divisão de tarefas na associação entre a satisfação conjugal e satisfação coparental em homens e mulheres para analisar possíveis diferenças de género. Assim, generalizações dos nossos resultados para homens não devem ser desenvolvidas. Em quarto, os dados foram recolhidos com recurso a medidas de auto-relato. Apesar de investigação anterior ter demonstrado elevada correlação entre as medidas de auto-relato utilizadas e outras medidas observacionais (e.g., Abidin & Konold, 1999), a utilização adicional destas medidas adicionais iria aumentar a precisão dos resultados obtidos e reduzir potenciais fontes de variância partilhada. Por fim, os resultados estão circunscritos a mães com crianças em idade pré-escolar. Considerando que as tarefas desenvolvimentais das crianças podem alterar a dinâmica de funcionamento coparental, as exigências na divisão de tarefas entre a díade coparental (Feinberg, 2003; Lamela et al., 2010), generalizações dos nossos resultados para crianças mais velhas não devem ser realizadas.

Apesar destas limitações, o nosso estudo foi o primeiro a avaliar o efeito moderador das expectativas da participação do pai na divisão de tarefas relacionadas com o cuidado dos filhos na associação entre a satisfação conjugal e a satisfação coparental. Assim, o presente estudo apresenta um contributo para a literatura, na medida em que aprofunda o conhecimento e a compreensão do fenómeno. Em termos de implicações para a prática, este estudo vem reforçar a importância dos clínicos para a natureza sistémica familiar, que sugere que o funcionamento global da família é explicado pela interdependência entre subsistemas familiares (Cox & Paley, 1997). Deste modo, o nosso estudo sugere que as crenças sobre a divisão de tarefas e as expectativas sobre a divisão de

tarefas são elementos nucleares na compreensão de como a qualidade da relação coparental pode influenciar processualmente a relação conjugal. Assim, é recomendável que os clínicos avaliem estas dimensões cognitivas e valorativas, uma vez que pode permitir para um aumento da validade da formulação clínica de potencial problemas de funcionamento da díade coparental-conjugal. Os profissionais devem garantir que cada membro da díade conjugal se sinta ouvido, compreendido e validado, criando um diálogo aberto entre estes acerca da divisão de tarefas da criança. Assim sendo, estes resultados poderão contribuir para uma melhor intervenção junto do sistema familiar com o objetivo de potenciar um desenvolvimento positivo e ajustado entre a díade e na sua relação com os filhos.

Referências

- Abbass-Dick, J., Stern, S., Nelson, L., Watson, W., & Dennis, C. (2014). Coparenting breastfeeding support and exclusive breastfeeding: A randomized controlled trial. *Pediatrics*, 135, 102-110. doi:[10.1542/peds.2014-1416](https://doi.org/10.1542/peds.2014-1416)
- Abidin, R., & Konold, T. (1999). *Parenting Alliance Measure: Professional manual*. Odessa FL: Psychological Assessment Resources.
- Aiken, L., West, S., & Reno, R. (1991). *Multiple regression: Testing and interpreting interactions*. Sage.
- Barnes, L. (2010). *The relationship of equal division of labor and satisfaction of division of labor to positive parenting as mediated by parents' relationship quality*, (Master's thesis, Brigham Young University). Retrieved from <http://contentdm.lib.byu.edu/cdm/ref/collection/ETD/id/2156>
- Belsky, J. (1985). Exploring individual differences in marital change across the transition to parenthood: The role of violated expectations. *Journal of Marriage and the Family*, 1037-1044. doi: [10.2307/352348](https://doi.org/10.2307/352348)
- Belsky, J., & Hsieh, K. (1998). Patterns of marital change during the early childhood years: Parent personality, coparenting, and division-of-labor correlates. *Journal of Family Psychology*, 12, 511-528. doi: [10.1037/0893-3200.12.4.511](https://doi.org/10.1037/0893-3200.12.4.511)
- Belsky, J., & Kelly, J. (1994). *The transition to parenthood: How a first child changes a marriage*. New York, NY: Dell Publishin
- Belsky, J., & Rovine, M. (1990). Patterns of marital change across the transition to parenthood: Pregnancy to three years postpartum. *Journal of Marriage and the Family*, 5-19 doi: [10.2307/352833](https://doi.org/10.2307/352833)

- Bianchi, S., Milkie, M., Sayer, L., & Robinson, J. (2000). Is anyone doing the housework? Trends in the gender division of household labor. *Social Forces*, 79, 191-228. doi: [10.2307/2675569](https://doi.org/10.2307/2675569)
- Biehle, S., & Mickelson, K. (2012). First-time parents' expectations about the division of childcare and play. *Journal of Family Psychology*, 26, 36-45. doi: [10.1037/a0026608](https://doi.org/10.1037/a0026608)
- Block, J. (2016). *Relationship satisfaction and coparenting over the transition to parenthood: Depression, division of labor, and child temperament as moderators*. Dissertação de mestrado não publicada, Old Dominion University.
- Bonney, J., Kelley, M., & Levant, R. (1999). A model of fathers' behavioral involvement in child care in dual-earner families. *Journal of Family Psychology*, 13, 401-405. doi: [10.1037/0893-3200.13.3.401](https://doi.org/10.1037/0893-3200.13.3.401)
- Braz, M., Dessen, M., & Silva, N.(2005). Relações conjugais e parentais: Uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18, 151-161 doi: [10.1590/S0102-79722005000200002](https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000200002)
- Buckley, C., & Schoppe-Sullivan, S. (2010). Father involvement and coparenting behavior: Parents' nontraditional beliefs and family earner status as moderators. *Personal Relationships*, 17, 413-431 doi: [10.1111/j.1475-6811.2010.01287.x](https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.2010.01287.x)
- Carlson, D., Hanson, S., & Fitzroy, A. (2016). The division of child care, sexual intimacy, and relationship quality in couples. *Gender & Society*, 30, 442-466. doi: [10.1177/0891243215626709](https://doi.org/10.1177/0891243215626709)
- Claffey, S., & Manning, K. (2010). Equity but not Equality: Commentary on Lachance-Grzela and Bouchard. *Sex Roles*, 63 (11-12), 781-785. doi: [10.1007/s11199-0109848-5](https://doi.org/10.1007/s11199-0109848-5)
- Cohen, J., Cohen, P., West, S., & Aiken, L. (2003). Applied multiple correlation/regression analysis for the behavioral sciences. UK: Taylor & Francis.
- Cox, M., & Paley, B. (1997). Families as systems. *Annual Review of Psychology*, 48, 243-267. doi: [10.1146/annurev.psych.48.1.243](https://doi.org/10.1146/annurev.psych.48.1.243)
- Dawson, J., & Richter, A. (2006). Probing three-way interactions in moderated multiple regression: development and application of a slope difference test. *Journal of Applied Psychology*, 91, 917. doi: [10.1037/0021-9010.91.4.917](https://doi.org/10.1037/0021-9010.91.4.917)

- Deave, T., Johnson, D., & Ingram, J. (2008). Transition to parenthood: The needs of parents in pregnancy and early parenthood. *BMC Pregnancy and Childbirth*, 8, 30-37. doi:[10.1186/1471-2393-8-30](https://doi.org/10.1186/1471-2393-8-30)
- Feinberg, M. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: A framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5, 173-195. doi:[10.1023/A:1019695015110](https://doi.org/10.1023/A:1019695015110)
- Feinberg, M. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3, 85-131. doi:[10.1207/S15327922PAR0302_01](https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01)
- Feinberg, M., Kan, M., & Hetherington, E. (2007). The longitudinal influence of coparenting conflict on parental negativity and adolescent maladjustment. *Journal of Marriage and Family*, 69, 687-702. doi:[10.1111 / j.1741-3737.2007.00400.x](https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2007.00400.x)
- Feinberg, M., Kan, M., & Goslin, M. (2009). Enhancing coparenting, parenting, and child self-regulation: Effects of family foundations 1 year after birth. *Prevention Science*, 10, 276-285. doi:[10.1007/s11121-009-0142-0](https://doi.org/10.1007/s11121-009-0142-0)
- Fillo, J., Simpson, J., Rholes, S., & Kohn, J. (2015). Dads doing diapers: Individual and relational outcomes associated with the division of childcare across the transition to parenthood. *Journal of Personality and Social Psychology*, 108, 298-316 doi:[10.1037/a0038572](https://doi.org/10.1037/a0038572)
- Forehand, R., & Jones, D. (2003). Neighborhood violence and coparent conflict: Interactive influence on child psychosocial adjustment. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 31, 591-604. doi: [10.1023/A:1026206122470](https://doi.org/10.1023/A:1026206122470)
- Funk, J. & Rogge, R. (2007). Testing the ruler with item response theory: Increasing precision of measurement for relationship satisfaction with the couples satisfaction index. *Journal of Family Psychology*, 21, 572 doi: [10.1037/08933200.21.4.572](https://doi.org/10.1037/08933200.21.4.572)
- Galovan, A., Holmes, E., Schramm, D., & Lee, T. (2014). Father involvement, father-child relationship quality and satisfaction with family work: Actor and partner influences on marital quality. *Journal of Family Issues*, 35, 1846-1867. doi:[10.1177/0192513x13479948](https://doi.org/10.1177/0192513x13479948)
- Ganiban, J., Ulbricht, J., Spotts, E., & Lichtenstein, P. (2009). Understanding the role of personality in explaining associations between marital quality and parenting. *Journal of Family Psychology*, 23, 646-660. doi: [10.1037/a0016091](https://doi.org/10.1037/a0016091)

- Groenendyk, A., & Volling, B. (2007). Coparenting and early conscience development in the family. *The Journal of Genetic Psychology*, 168, 201-224. doi:[10.3200/GNTP.168.2.201-224](https://doi.org/10.3200/GNTP.168.2.201-224)
- Grote, N. & Clark, M. (2001). Perceiving unfairness in the family: Cause and/or consequence of marital distress? *Journal of Personality and Social Psychology*, 80, 281–293. doi: [10.1037/h0087888](https://doi.org/10.1037/h0087888)
- Hackel, L., & Ruble, D. (1992) Changes in the marital relationship after the first baby is born: Predicting the impact of expectancy disconfirmation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62, 944- 957. doi: [10.1037/0022-3514.62.6.944](https://doi.org/10.1037/0022-3514.62.6.944)
- Hair, E., Anderson Moore, K., Hadley, A., Kaye, K., Day, R., & Orthner, D. (2009). Parent marital quality and the parent – adolescent relationship: Effects on adolescent and young adult health outcomes. *Marriage & Family Review*, 45, 218-248. doi: [10.1080/01494920902733567](https://doi.org/10.1080/01494920902733567)
- Jones, D., Shaffer, A., Forehand, R. & Brody, G. (2003). Coparent conflict in single mother-headed African American families: Do parenting skills serve as a mediator or moderator of child psychosocial adjustment? *Behavior Therapy*, 34, 259 – 272. doi: [10.1016/S0005-7894\(03\)80016-3](https://doi.org/10.1016/S0005-7894(03)80016-3)
- Khazan, I., Mchale, J., & Decourcey, W. (2008). Violated wishes about division of childcare labor predict early coparenting process during stressful and nonstressful family evaluations. *Infant Mental Health Journal*, 29, 343-361. doi:[10.1002/imhj.20183](https://doi.org/10.1002/imhj.20183)
- Kil, T., Neels, K., & Vergauwen, J. (2016). Gender inequality in the division of housework over the life course: a European comparative perspective. In *Changing Family Dynamics and Demographic Evolution: The Family Kaleidoscope*, 51-80. Cheltenham, UK: 'Edward Elgar Publishing.
- Kluwer, E., Heesink, J., & Van de Vliert, E. (2002). The division of labor across the transition to parenthood: A justice perspective. *Journal of Marriage and Family*, 64, 930-943. doi: [10.1111/j.1741-3737.2002.00930.x](https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2002.00930.x)
- Kluwer, E., & Wissink, I. (2000, June). Procedural and distributive justice in close relationships: The moderating role of gender. Paper presented at the 10th International Conference of the International Society for the Study of Personal Relationships, Brisbane, Australia.

- Korja, R., Piha, J., Otava, R., Lavanchy-scaiola, C., Ahlqvist-Björkroth, S., Aromaa, M.,... & STEPS-study. (2016). Mother's marital satisfaction associated with the quality of mother-father-child triadic interaction. *Scandinavian Journal of Psychology*, 57, 305- 312. doi: [10.1111/sjop.12294](https://doi.org/10.1111/sjop.12294)
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family Relations*, 49, 25-44. doi:[10.1111/j.17413729.2000.00025.x](https://doi.org/10.1111/j.17413729.2000.00025.x)
- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2013). Medida da aliança parental: Validação portuguesa e construção de uma versão reduzida. *Revista Psiquiatria Clínica*, 40(6), 215-219.
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2016). Coparenting after marital dissolution and children's mental health: A systematic review. *Jornal de Pediatria (Versão em Português)*, 92, 331-342. doi:[10.1016/j.jpdp.2016.05.010](https://doi.org/10.1016/j.jpdp.2016.05.010)
- Lamela, D., Jongenelen, I., Morais, A., & Figueiredo, B. (2018). Does sociosexuality moderate the association between coparenting and marital satisfaction in women with a romantic partner? Manuscript accepted with minor revisions.
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 10, 205-216. doi: [10.1590/S1413-73722010000100022](https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000100022)
- Le, Y., McDaniel, B., Leavitt, C., & Feinberg, M. (2016). Longitudinal associations between relationship quality and coparenting across the transition to parenthood: A dyadic perspective. *Journal of Family Psychology*, 30, 918. doi: [10.1037/fam0000217](https://doi.org/10.1037/fam0000217)
- Maniaci, M., & Rogge, R. (2014). Caring about carelessness: Participant inattention and its effects on research. *Journal of Research in Personality*, 48, 61-83. doi:[10.1016/j.jrp.2013.09.008](https://doi.org/10.1016/j.jrp.2013.09.008)
- Margolin, G., Gordis, E., & John, R. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15, 3-21. doi:[10.1037/0893-3200.15.1.3](https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3)
- McClain, L. (2011). Better parents, more stable partners: Union transitions among cohabiting parents. *Journal of Marriage and Family*, 73, 889-901. doi:[10.1111/j.17413737.2011.00859.x](https://doi.org/10.1111/j.17413737.2011.00859.x)

- McDonald, R., & Grych, J. (2006). Young children's appraisals of interparental conflict: Measurement and links with adjustment problems. *Journal of Family Psychology*, 20, 88-99. doi: [10.1037/0893-3200.20.1.88](https://doi.org/10.1037/0893-3200.20.1.88)
- Papp, L., Cummings, E., & Goeke-Morey, M. (2005). Parental psychological distress, parent-child relationship qualities, and child adjustment: Direct, mediating, and reciprocal pathways. *Parenting: Science and Practice*, 5, 259-283. doi: [10.1207/s15327922par0503_2](https://doi.org/10.1207/s15327922par0503_2)
- Schober, P. (2012). Paternal child care and relationship quality: A longitudinal analysis of reciprocal associations. *Journal of Marriage and Family*, 74, 281-296. doi: [10.1111/j.1741-3737.2011.00955.x](https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2011.00955.x)
- Talbot, J., & McHale, J. (2004). Individual parental adjustment moderates the relationship between marital and coparenting quality. *Journal of Adult Development*, 11, 191-205. doi: [10.1023 / B: JADE.0000035627.26870.f8](https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035627.26870.f8)
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting: Science and Practice*, 10, 286-307. doi: [10.1080/15295192.2010.492040](https://doi.org/10.1080/15295192.2010.492040)
- Toth, K. (2009). Division of domestic labor and marital satisfaction: A cross-cultural analysis. *Dissertation Abstracts International*, 69, 201-203.
- Umemura, T., Christopher, C., Mann, T., Jacobvitz, D., & Hazen, N. (2015). Coparenting problems with toddlers predict children's symptoms of psychological problems at age 7. *Child Psychiatry & Human Development*, 46, 981-996. doi: [10.1007/s10578-015-0536-0](https://doi.org/10.1007/s10578-015-0536-0)
- Van Egeren, L. (2004). The development of coparenting over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal*, 25, 453- 477. doi: [10.1002 / imhj.20019](https://doi.org/10.1002/imhj.20019)
- Yavorsky, J., Kamp Dush, C. & Schoppe-Sullivan, S. (2015). The production of inequality: The gender division of labor across the transition to parenthood. *Journal of Marriage and Family*, 77, 662-679. doi : [10.1111/jomf.12189](https://doi.org/10.1111/jomf.12189)